



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE.**  
**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**ATA Nº 025/2012**  
**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7 Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e doze, as 09h e 40 min (nove  
8 horas e quarenta minutos) teve início, na sede do PREVIMPA, situada na Rua Uruguai,  
9 277 – 6º andar, a tricentésima quinquagésima quarta reunião do Conselho de  
10 Administração do PREVIMPA. Presidiram a mesa os conselheiros, Pedro Luis da Silva  
11 Vargas, como Presidente e Fatima Regina Carlos Saikoski como Secretária. Estiveram  
12 presentes os conselheiros titulares: Eduardo Kreuzer, Eros Miguel Sadowoy Martins,  
13 Francisco José Menezes da Silva, Gilmar Cardozo dos Santos, Hailton Terra de Jesus, Luiz  
14 Fernando Rigotti, Marilena Ruschel da Cunha, Maris Regina Vieira Honaiser, Marisa Ney  
15 Santos de Pinho, Pedro Luis Martins, Ricardo Zucareli Pulvirenti, Sérgio Luiz Brum e os  
16 conselheiros suplentes: José Marcelino Heck e Manuel Roberto Escobar. Justificou  
17 ausência o conselheiro: Alexandre Dias Abreu. Aberta a sessão, o Presidente informa que  
18 conforme deliberado em reunião anterior o Colegiado recebe hoje a visita da atuária Aline  
19 que irá explanar quanto aos estudos feitos em relação às diferenças dos resultados dos  
20 últimos cálculos atuarias. O Presidente informa que devido a outros compromissos da  
21 atuária Aline para esta manhã, excepcionalmente hoje houve uma inversão da ordem do  
22 dia. Logo o Presidente agradece em nome do colegiado a solicitude da servidora e passa-  
23 lhe a palavra. Aline aborda o assunto informando que para apurar a questão da diferença do  
24 cálculo atuarial de 2012 em relação aos últimos três exercícios foram feitas várias  
25 simulações com o objetivo de recalcular as avaliações anteriores. Após esse estudo o  
26 resultado da avaliação de 2012 se manteve, mas não foi possível atingir os mesmos  
27 resultados das avaliações anteriores, pois os cálculos apontaram um passivo maior do que o  
28 apresentado na época. Porém, para saber exatamente o que aconteceu será necessário ouvir  
29 as empresas que fizeram as avaliações anteriores, pois seguindo as informações da Nota  
30 Técnica Atuarial não foi possível identificar as diferenças. Assim, foi enviado ofício às  
31 empresas que realizaram os cálculos anteriores solicitando que revisassem a metodologia  
32 usada bem como abrissem os cálculos, sendo que até este momento só a empresa que  
33 realizou a avaliação de 2011 retornou, solicitando uma reunião para o dia 10/09/2012.  
34 Aline diz ser de extrema importância ouvi-los para identificar se foi usada alguma  
35 premissa diferente. A atuária diz ainda que o que se tem observado é que a população de  
36 ativos vem aumentando de um ano para outro, outro fator é a idade média de ingresso na  
37 PMPA que tem sido de 34 anos e em média a pessoa começa a trabalhar com 25 anos,  
38 assim já trazem um passivo atuarial de 09 anos, só com estes fatores é natural que já tenha  
39 uma diferença, relata ainda que até o número de servidores do Regime de Repartição  
40 Simples começar a equilibrar com o número de servidores do Regime Capitalizado é  
41 normal que tenha uma diferença, além de que os salários estão crescendo mais que o  
42 esperado, o número de ativos está crescendo, só no ano passado ingressaram 1034 novos  
43 servidores, foram concedidas muitas gratificações, todos estes fatores impactam  
44 diretamente nos resultados atuariais, por fim a atuária diz esperar que na reunião agendada  
45 com a empresa para o dia 10/09/2012 sejam esclarecidas quais foram as premissas  
46 utilizadas. O Presidente questiona se a empresa que realizou o cálculo atuarial em 2010

47 respondeu ao ofício e se foi agendado reunião, sendo respondido que a empresa ainda não  
48 retornou. O Presidente apresenta dados colhidos das avaliações atuariais anteriores para o  
49 REGIME DE CAPITALIZAÇÃO e informa que em dezembro de 2009 (avaliação de  
50 2010), num total de 2.673 servidores, havia 2.656 em atividade, os ativos financeiros eram  
51 da ordem de R\$ 194.912.823,56, a reserva técnica era de R\$ 206.556.643,20, o Compreprev  
52 previsto era de R\$ 6.281.965,56 e o saldo era de R\$ 5.361.851,08 (déficit); em dezembro  
53 de 2010 (avaliação de 2011), o total de servidores era de 3.626, havia 3.600 em atividade,  
54 os ativos financeiros totalizavam R\$ 215.257.115,66, a reserva técnica era de R\$  
55 229.179.254,21, o Compreprev previsto era de R\$ 7.721.845,26 e o saldo era de R\$  
56 6.200.293,29 (déficit). Da avaliação atuarial de 2012 (referente situação de 2011) do  
57 REGIME CAPITALIZADO, colheu e apresenta os seguintes dados: 4.395 servidores no  
58 total, sendo 4.351 em atividade, ativos financeiros totalizando R\$ 340.187.825,45, reserva  
59 técnica de R\$ 660.584.995,66, Compreprev previsto de R\$ 110.305.132,61 e saldo negativo  
60 de R\$ 210.092.037,60 (déficit). A partir da comparação dos dados de 2010, 2011 com os  
61 dados de 2012 diz não lhe surpreender a existência de déficit, entretanto questiona porque  
62 ocorreu tamanha discrepância, pergunta se as empresas usaram critérios técnicos  
63 diferenciados e como chegam a resultados tão desiguais. Aline informa que quando foram  
64 refeitos os cálculos foram usadas às mesmas metodologias, pois não há como comparar  
65 algo usando métodos diferentes, e mesmo assim não chegou aos resultados apresentados, o  
66 valor das reservas encontrado foi muito maior, parece-lhe que em alguns pontos otimizam  
67 o que vai ser recebido e minimizam as reservas, diante disso é que foram efetuados  
68 contatos com as empresas solicitando esclarecimentos. O conselheiro Gilmar diz que se só  
69 a empresa que realizou o cálculo do ano passado agendou reunião para dirimir as dúvidas,  
70 sua preocupação está em relação a CEF que realizou o cálculo de 2010, pensa que a  
71 direção da CEF deveria intervir no sentido de que a mesma exponha a metodologia  
72 utilizada à época do cálculo, pois conforme comentado pela atuária Aline, ao refazer os  
73 cálculos, usando a mesma metodologia para anos anteriores foi encontrado um resultado de  
74 R\$ 70 milhões; R\$ 160 milhões e neste ano R\$ 210 milhões, assim entende que não foram  
75 os novos ingressantes que impactaram no déficit. Aline fala quanto a questão de  
76 responsabilizar as empresas que efetuaram os cálculos, informa que entrou em contato com  
77 o IBA (Instituto Brasileiro de Atuários) e como resposta foi dito que não tem nenhum  
78 procedimento formal que possa responsabilizar as empresas. O conselheiro Rigotti disse ter  
79 falado também com o Ministério da Previdência questionando-os se eles próprios não  
80 fariam uma auditoria, sendo respondido pelos Srs. Otoni e Alex que o Ministério da  
81 Previdência ainda não realiza auditorias nesse sentido, e orientaram para seguir  
82 acompanhando a avaliação atuarial daqui para frente já que agora existe um atuário no  
83 quadro do Departamento, pois não teremos resultado satisfatório olhando para trás ou  
84 tentando apurar responsabilidade. O conselheiro diz que lamentou esta informação, pois  
85 esperava que alguém fosse responsabilizado. Por fim o conselheiro diz que em conversa  
86 com a Aline para tentar entender como chegaram a estes números, está se tentando fazer os  
87 mesmos exercícios, questionando o que moveu aos atuários anteriores a diminuir o déficit,  
88 mas que até agora não houve nenhum consenso. Diante disto está se contatando a empresa  
89 CSM que fez o cálculo do último ano e com a CEF que fez o de 2010. O conselheiro  
90 Rigotti diz que as investigações continuam, e que será muito importante ouvir as empresas,  
91 pois não tem como responsabilizar alguém, sem antes ouvi-los. O conselheiro Rigotti  
92 informa que a atuária Aline e a administradora Sonia estão revisando os cadastros e que há  
93 muitos dados a serem melhorados, salienta que após o questionamento feito ao Ministério  
94 da Previdência e ao IBA tirou de seu horizonte a questão de uma auditoria e de

95 responsabilizar alguém, pois não tem a quem reclamar. O conselheiro diz ainda estar  
96 pensando em solicitar a nomeação de mais um atuário para o Departamento, devido a  
97 abrangência do trabalho, pois achava que os cálculos apresentados anteriormente estavam  
98 corretos, no entanto deparou-se com divergências. O conselheiro Brum diz que lhe  
99 preocupa a garantia contratual já que a dúvida está no plano técnico, entende que as  
100 empresas devam vir e explicar, pois a questão do aumento dos salários começou há oito  
101 anos quando do início do pagamento da GRFPO, enfatiza que o PREVIMPA tem uma  
102 necessidade enorme em identificar as divergências, sugere que sejam questionados outros  
103 clientes para quem as empresas calcularam, conversando com os contratantes, entende ser  
104 de vital importância que a situação seja esclarecida evitando assim que os fatos fiquem a  
105 deriva e que ainda possam levar a insolvência do sistema. Aline diz acreditar que muitas  
106 prefeituras ainda não tenham atuários em seus quadros uma vez que Porto Alegre que  
107 costuma ser referência só agora tem, assim não teriam como contestar os cálculos a elas  
108 apresentados. O conselheiro Brum diz que as empresas devem ter atendido outros  
109 municípios e que a questão que aconteceu em Porto Alegre tenha acontecido também em  
110 outros municípios. O Presidente diz ficar preocupado quando o conselheiro Brum citou a  
111 palavra “insolvência”, sendo explicado por este que o que quis dizer é que quando se  
112 trabalha em cima de valores incorretos e com uma grande diferença pode-se levar até  
113 mesmo a insolvência ou se enriquecer indevidamente. O conselheiro Rigotti diz que com a  
114 implantação da alíquota complementar o Fundo está equilibrado financeiro e  
115 atuarialmente. A conselheira Fatima diz que não está se falando de uma discrepância  
116 qualquer que os números são realmente significativos e que pelo fato dos RPPS serem  
117 extremamente novos no Brasil, acredita que deveria ter um órgão regulador, pois ainda é  
118 um mercado pouco regulado, se quer as empresas tem um termômetro, parece-lhe que ao  
119 menos o Ministério da Previdência deveria ter. Respeita as colocações feitas pelo  
120 conselheiro Rigotti, mas enfatiza que neste momento está se trabalhando num sistema que  
121 pode implodir, entende que não seria de se percorrer outros entes, mas recorrer a AGIP  
122 (Associação Gaúcha de Instituto de Previdência) no sentido mais altruísta de trazer para o  
123 circuito essa temática, construindo convicções para quando outros cálculos apresentarem  
124 resultados diferentes, diz que a repercussão neste momento é que se está trabalhando com  
125 uma complementação do ente e não do servidor, pede que seja esclarecido e questiona  
126 quanto aos procedimentos do Departamento para que obtenha dados mais confiáveis. Aline  
127 responde que em relação ao recadastramento dos ativos já está sendo realizado neste ano  
128 um trabalho junto com a SMA, onde foram incluídos dados que respondem ao tempo de  
129 serviço do servidor anterior a Prefeitura, para que seja atualizado no sistema. Em relação  
130 aos aposentados e pensionistas informa que a partir do ano que vem será feito o  
131 recadastramento e a prova de vida anual. Ressalta que neste ano está sendo feita prova de  
132 vida para um grupo de pensionistas, sendo estes os que têm acima de 90 anos e os acima de  
133 60 anos representados. Diz ainda que muitas das repercussões do passivo têm relação ao  
134 tempo de serviço passado e o que é relacionado ao passado ou em relações a insuficiências  
135 que ocorram são de responsabilidade do ente conforme prevê o Ministério da Previdência.  
136 O conselheiro Rigotti corrobora com a atuária Aline e diz que só se for estabelecida uma  
137 alíquota muito alta como o IPE fez, será possível ter uma participação do servidor, o  
138 conselheiro complementa dizendo que a alíquota normal é de 28 a 30% em média. Explica  
139 que a repartição da alíquota é estabelecida por Lei Municipal, exemplificando que no  
140 Estado é 1(ente) x 1(servidor) e no município é 2(ente) x 1(servidor). O conselheiro  
141 Manuel reporta-se a reunião do dia 10/09/2012 dizendo que esta será de extrema  
142 importância e que deverá ser avaliada. O conselheiro Francisco diz que sua preocupação é

143 em relação às grandes diferenças que vem acontecendo e não saber a causa que levou a  
144 elas. Questiona a atuária quanto a “questão da metodologia” que cada um que fez o cálculo  
145 nos últimos dez anos usaram metodologias diferentes, quando Aline diz que ao refazer os  
146 cálculos usou as mesmas metodologias e chegou a resultados diferentes dos apresentados,  
147 ressalta que o cálculo atuarial não é uma ciência exata, mas são usadas as premissas da  
148 matemática, que obedecem a uma estrutura de cálculos, existem fórmulas de cálculos, a  
149 única coisa que varia são as informações em relação ao crescimento populacional dos  
150 ativos e inativos, mas mesmo assim é previsível, tem outra variável que são os salários,  
151 mas que também é previsível, por fim questiona se existe um padrão metodológico para  
152 que se faça um cálculo atuarial correto, questiona ainda se em cima do crescimento das  
153 variáveis não se busque esta diferença tão grande como a que ocorreu no cálculo anterior.  
154 Aline responde que quanto à metodologia o Ministério da Previdência não define uma  
155 especificamente. A opção pela metodologia mais conservadora se deriva do fato de que os  
156 dados existentes não estão atualizados. O conselheiro Francisco diz entender que poderá  
157 haver uma tolerância entre um cálculo e outro, mas não uma diferença tão grande. Aline  
158 diz que poderíamos considerar uma tolerância em torno de 10% aproximadamente. A  
159 conselheira Fatima manifesta sua opinião no sentido de concordar quando o conselheiro  
160 Rigotti refere a necessidade de ter mais um atuário no Departamento, tendo em vista que as  
161 atividades desenvolvidas por este são complexas, reforçando a questão de diferentes  
162 profissionais até mesmo para se estabelecer o contraditório, salienta que desde a criação do  
163 Departamento já se previa a inclusão deste profissional. O conselheiro Brum questiona se  
164 tem norma técnica que regule o trabalho do atuário, sendo respondido pela Aline que a  
165 Portaria 403/08 do Ministério da Previdência estabelece premissas mínimas, o atuário é  
166 livre quanto ao emprego dos demais parâmetros que serão usados na avaliação os quais  
167 devem ser expressos na Nota Técnica Atuarial. O Presidente informa que a LDO (Lei de  
168 Diretrizes orçamentárias) já está na CMPA, viu que nas páginas 35, 36 e 37 o Prefeito cita  
169 a situação financeira do RPPS salientando os R\$ 210 milhões de déficit, assim o Presidente  
170 questiona o fato de citar este valor antes de ser concluído se o cálculo estava correto, se nas  
171 metodologias de 2009, 2010 e 2011 houve convergências a que destoou foi a última,  
172 questiona ainda se não seria a última que estaria equivocada e reporta-se ao colocado pelo  
173 conselheiro Rigotti quando este diz lhe parecer infrutífera a realização de uma auditoria. O  
174 conselheiro Ricardo diz que a LDO tem prazo de entrega e tramitação à CMPA, e que  
175 entende adequado o executivo ter colocado a questão do déficit, visto tratar-se de questão  
176 preventiva para o próximo governo. Na sua opinião, o Conselho deve manter a mesma  
177 linha de questionamentos, mas ressalta que a atuária está fazendo seu papel, e vê que estão  
178 questionando a última avaliação e a atuária de uma forma equivocada, ressalta que a falta  
179 deste profissional dentro do PREVIMPA deixava margens para que as empresas  
180 apresentassem o que quisessem. O Presidente manifesta-se dizendo que não fez crítica ao  
181 lançamento do dado na LDO, referia-se a publicação sem antes ter consistência desse dado,  
182 diz que pela linha em que o conselheiro Rigotti falou entendeu que não terá auditoria.  
183 Quanto ao trabalho do atuário, solicita que resgatem as Atas anteriores onde desde o tempo  
184 em que fazia parte do Conselho Fiscal já solicitava enfaticamente a nomeação do  
185 profissional atuário para o Departamento. O conselheiro Francisco diz que em sua  
186 manifestação em nenhum momento colocou em dúvida a importância do trabalho dos  
187 atuários desde o início do PREVIMPA, ressaltando que os cálculos de hoje são  
188 perfeitamente mais confiáveis aos que foram feitos há anos atrás, até porque os dados  
189 informados para o profissional realizar o cálculo são mais confiáveis do que em anos  
190 anteriores. Pensa que já foi discutido quase tudo em relação ao cálculo atuarial e é

191 partidário de que uma auditoria será inócua. O conselheiro Rigotti informa que a atuária  
192 Aline está fazendo um treinamento intermediado pelo Ministério da Previdência e os RPPS  
193 para utilizarmos o CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais) com os dados  
194 cadastrais do Regime Geral de Previdência Social e demais RPPS. Informa ainda que  
195 quando terminar a implantação do ERGON os dados serão exportados para o SIPREV que  
196 irá alimentar o CNIS, o Ministério da Previdência vai dar carga de todos os dados dos  
197 servidores que tiverem uma ocorrência trabalhista no Regime Geral. Os dados de quanto  
198 tempo o servidor trabalhou no Regime Geral virão do próprio Regime Geral, sem ter a  
199 necessidade de o servidor passar essa informação ao RPPS. O conselheiro diz ainda que  
200 sempre soube da necessidade do Departamento ter um atuário no quadro, ressalta que a  
201 atividade do atuário tem outras demandas como exemplo o planejamento e salienta que se  
202 tiver uma recomendação deste Colegiado para a nomeação de outro profissional o  
203 Departamento sairá ganhando. Quanto à auditoria diz que esta já está sendo feita  
204 internamente e que a sugestão dada pelo Ministério da Previdência é trabalhar daqui para  
205 frente uma vez que não será possível responsabilizar ninguém por erros que possam ter  
206 acontecido no passado, enfatiza que a Aline está chamando todas as empresas, solicitando  
207 que abram seus cálculos para que seja possível chegar a uma conclusão. O conselheiro  
208 Pedro Martins manifesta-se dizendo ser louvável, salutar e oportuna a discussão de  
209 questões relativas a cálculo atuarial, aduzindo que se deve levar em conta a realidade  
210 existente no PREVIMPA antes do provimento do cargo de atuário e a que se verifica após  
211 esta situação, pois não existia um profissional na autarquia para prover o necessário  
212 assessoramento. Neste compasso, sindicat o passado não faz sentido, a menos que esteja  
213 em busca de uma reparação de caráter moral ou pecuniária. Sugere, a título de  
214 encaminhamento, que se deva analisar o que vai acontecer daqui para frente para  
215 acompanhar a saúde do RPPS. O Presidente solicita que as próximas falas seja no sentido  
216 de dar encaminhamento a matéria. O conselheiro Gilmar diz que conforme dito pela Aline  
217 foi usada mesma metodologia, porém, encontrados resultados diferentes. Em que pese o  
218 conselheiro Rigotti já ter consultado o Ministério da Previdência, acredita que as empresas  
219 prestadoras do serviço e até a própria CEF podem ser denunciadas, levando em  
220 consideração a inconsistência dos dados e resultados apresentados. Deverão arcar com as  
221 conseqüências, entendendo ser prematura a premissa de olhar daqui para frente,  
222 defendendo a apuração do passado. Aline reitera que quanto à responsabilidade ou  
223 denúncia já foram consultados o IBA e MPS e que não há previsão formal desta apuração.  
224 O Presidente questiona se o tomador do serviço não tem este direito. Aline diz que foi  
225 informada de que caso não concorde só poderá cobrar responsabilidade via judicial. O  
226 conselheiro Pedro Martins diz que quanto à questão do cálculo atuarial, se o cliente não  
227 determinar os parâmetros para o cálculo, a definição ficará por conta do atuário. Aline diz  
228 que o SIPREV (Sistema Integrado de Informações Previdenciárias) terá o cadastro de todos  
229 os servidores e dentro deste sistema terá a parte do cálculo atuarial, acredita que a partir daí  
230 o MPS irá criar normas para auditar o trabalho dos atuários. O conselheiro Manuel  
231 manifesta em relação ao que o conselheiro Pedro Martins falou quanto ao trabalho feito  
232 anteriormente e que não tinha um atuário do Departamento, assim, ao contratar uma  
233 empresa estava se assumindo um “risco administrativo”, quando foi feita a licitação para  
234 escolha da empresa, foi pública e foram colocados os parâmetros, a empresa que venceu  
235 estava apta a desenvolver os trabalhos, ressalta que a PMPA não está fazendo cálculo  
236 atuarial das gratificações que vem concedendo e que assim assume um risco financeiro, o  
237 cálculo atuarial é feito para atender uma diretriz do MPS (Portaria nº 403, de 10 de  
238 dezembro de 2008 e Lei nº 9.717/1998) e, uma vez que todo ano deve ser feito cálculo

239 atuarial, enfatizando que é o futuro do Regime que estará em risco, se anualmente não se  
240 buscar o equilíbrio financeiro e atuarial. Aline diz que o objetivo é a partir de agora os  
241 próximos cálculos serem feitos pelo atuário do Departamento. O conselheiro Brum diz que  
242 cálculo atuarial é estatística e está embasado na matemática, e acha estranho o resultado ter  
243 mudado de repente, ou seja, após cinco anos apresentar tamanha diferença, por isso  
244 entende que deva se chamar uma auditoria que seja idônea para esclarecer. Diz ainda que  
245 existe um componente subjetivo que é a confiabilidade que a empresa trás e que no plano  
246 subjetivo a última empresa não lhe passou a mesma confiabilidade das anteriores. Ressalta  
247 que o Conselho de Administração não precisa saber fazer cálculo atuarial, mas precisa ter a  
248 sensibilidade de saber que tem problema. A conselheira Maris corrobora dizendo que até  
249 para segurança da Direção Geral, deve se tomar providências, até mesmo para que não seja  
250 evidenciado que se pagou por um serviço errado. O Presidente agradece a presença da  
251 atuária Aline e segue em sua fala dizendo que acredita que se fará uma manifestação  
252 acerca da matéria e que mesmo não conhecendo os meandros do tema, propõe aos  
253 Conselheiros que se faça uma reflexão sobre o assunto para o próximo encontro trazendo  
254 para a devida reunião suas posições. A conselheira Fatima reporta-se a fala do conselheiro  
255 Gilmar quando este ressalta que dia 10/09/2012 terá reunião com a empresa CSM e de que  
256 é importante cobrar apresentação da CEF trazendo para este Conselho estas apresentações,  
257 assim sugere que ao invés de prosseguir a discussão do tema na próxima sessão que se  
258 prossiga na reunião posterior ao dia 10/09/2012. O conselheiro Pedro Martins diz que  
259 respeita a proposição do Presidente, mas sugere que proponha ao Conselho se este está em  
260 condições de analisar a matéria. O conselheiro Gilmar diz que o PREVIMPA ainda não  
261 apresentou a conclusão apenas apresentou esclarecimentos do que está sendo feito. A  
262 conselheira Maris diz que se tem a possibilidade do dia 10/09/2012 ouvir a empresa, acha  
263 que poderá ser retomado o assunto após esta reunião. O conselheiro Pedro Martins diz que  
264 diante da mudança de pretensão da conselheira Maris, a qual acompanhava o conselheiro  
265 Brum no sentido de apreciação imediata da matéria, retira sua proposta. Após as discussões  
266 foi consenso de todos que na reunião do dia 11/09/2012 será retomado o assunto cálculo  
267 atuarial. Na seqüência passou-se ao item dois da pauta – Retorno do GDG acerca do ofício  
268 nº 013/2012 do Conselho de Administração – Teto Remuneratório. O conselheiro Rigotti  
269 informou que encaminhou ofício a SMA e junto deste encaminhou a Ata do Conselho de  
270 Administração que tratava do tema, encarregou-se de disponibilizar a Secretaria para  
271 posterior envio aos demais Conselheiros. Em relação aos informes a conselheira Maris  
272 informa que dia 30/08/2012 às 19h na CMPA acontecerá o debate dos candidatos à  
273 Prefeitura e todos já confirmaram presença. A conselheira informa ainda que dia  
274 13/09/2012 às 14h no SIMPA acontecerá o primeiro encontro estadual de aposentados  
275 promovido pelos grupos MAGISTER e SEMPRE ATIVAS DO ESTADO. O Presidente  
276 solicita aos conselheiros que avaliem a possibilidade de uma confraternização para marcar  
277 o fim da gestão. Devido ao adiantado da hora e a reunião já ter seu horário prorrogado a  
278 leitura da Ata nº 24 do dia 21/08/2012 ficou para a próxima reunião, assim o Presidente  
279 encerrou a reunião às 11h e 40 min (onze horas e quarenta minutos) e determinou que fosse  
280 lavrada a presente Ata que vai ser assinada por mim, Fatima Regina Carlos Saikoski –  
281 secretária de Mesa e pelos demais presentes.

282

283 Pedro Luis da Silva Vargas – Presidente

Fatima Regina Carlos Saikoski – Secretária

284

285		
286		
287	Eduardo Kreuzer	Eros Miguel Sadowoy Martins
288		
289		
290		
291	Francisco José Menezes da Silva	Gilmar Cardozo dos Santos
292		
293		
294		
295	Hailton Terra de Jesus	Luiz Fernando Rigotti
296		
297		
298		
299	Marilena Ruschel da Cunha	Maris Regina Vieira Honaiser
300		
301		
302		
303	Marisa Ney Santos de Pinho	Pedro Luis Martins
304		
305		
306		
307	Ricardo Zucareli Pulvirenti	Sérgio Luiz Brum
308		
309		
310		
311	José Marcelino Heck	Manuel Roberto Escobar
312		
313		
314		
315		